



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DE GOVERNANÇA CORPORATIVA 2021



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DE GOVERNANÇA CORPORATIVA 2021

APRESENTAÇÃO

O Conselho de Administração da Goiás Telecomunicações S.A – GOIÁS TELECOM do Estado de Goiás, apresenta à sociedade goianiense e a quem possa interessar a Carta de Governança Corporativa, referente ao exercício social de 2021, em atendimento aos incisos I e VIII do art. 8º da Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais).

A GOIÁS TELECOM é uma sociedade de economia mista de capital fechado, cujo maior acionista é o Estado de Goiás. Criada pela Lei Estadual nº 16.237, de 18 de abril de 2008, sendo regida pela Lei Federal nº 6.404/ 1976, a Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei nº 13.303/2016), por seu Estatuto Social, bem como pelas as demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Atualmente, a empresa tem sede em Goianira, com escritório regional em Goiânia, tem o objetivo principal atender toda a estrutura da administração estadual instalada nos 246 municípios com os serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC e sua missão é “prover soluções de tecnologia da informação e comunicação”.

A GOIÁS TELECOM atua no mercado tendo como principais valores:

Dedicação ao interesse público	Dedicação à administração pública direta e indireta (autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista), beneficiando toda população goiana
Ética e Transparência	Atuar com Ética e Transparência em todas as suas atividades, colocando à disposição dos acionistas e todos os cidadãos nossas atividades e investimentos realizados na organização.
Comprometimento	A GOIÁS TELECOM é uma organização comprometida com a sociedade e com a administração pública. Nossa gestão cotidiana é pautada por estes compromissos. Nosso foco na inovação, que impactará positivamente nos negócios dos clientes e na vida da população
Melhoria Contínua	Consciência que o trabalho pode sempre ser feito da melhor maneira em prol dos clientes.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

As atividades da GOIÁS TELECOM são a de prestação de soluções de Tecnologia da Informação e Conectividade (TIC) ao setor público e privado.

FATORES DE RISCO

Os riscos do negócio, conforme abaixo e da operação, foram mitigados e são reavaliados periodicamente dentro do exercício.

GESTÃO DE RISCOS	RISCOS IDENTIFICADOS	GRAU DO RISCO	DESCRIÇÃO DO RISCO
	INVESTIMENTO	ALTO	Alta dependência do Estado para investimentos e implantação dos serviços junto aos órgãos públicos.
	GARANTIA DE SERVIÇO ATIVO	BAIXO	A rede instalada favorece a manutenção dos serviços prestados, oferecendo redundância e assegurando a continuidade dos serviços prestados.
	CAPACIDADE TÉCNICA	BAIXO	A estrutura técnica disponível atende plenamente as demandas atuais.
	VANDALISMO	MÉDIO	Danificação da rede de fibra óptica.

● BAIXO ● MÉDIO ● ALTO



Em relação a operação, o negócio apresenta riscos já mapeados e com seus controles estabelecidos dentro do programa de Compliance.

DADOS ECONÔMICOS E FINANCEIRO

Demonstrativo da Resultado do Exercício			
GOIÁS TELECOMUNICAÇÕES S.A. - GOIÁS TELECOM			
	31/12/20	31/12/19	
RECEITAS OPERACIONAIS			
Receita da Prestação de Serviços	8.794	-	
(=) Receita Bruta de Vendas	8.794	-	
(-) Impostos incidentes sobre vendas	(598)	-	
(=) Receita Líquida de Vendas	8.196	-	
(-) Custos das Vendas	-	-	
Custos dos Produtos e Mercadorias	-	-	
(=) Total dos Custos Incorridos	-	-	
(=) Resultado Bruto	8.196	-	
(+/-) Despesas/Receitas Operacionais			
Despesas administrativas	(1.824.190)	(1.096.724)	
Despesas Tributárias	(23.517)	-	
Receitas Financeiras	(41.142)	(48.945)	
Outras receitas e despesas não dedutíveis	-	(2.422)	
Outras receitas - Subvenção Governamental	1.466.890	-	
	(423.742)	(1.147.692)	
(=) Resultado Antes dos Impostos	(423.742)	(1.147.692)	
(-) Provisão para o Imposto sobre Renda	(252)	-	
(-) Provisão para Contribuição Social	(475)	-	
(=) Resultado Líquido do Exercício	(424.415)	(1.147.692)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.




HIPÓLITO PRADO DOS SANTOS
 REPRESENTANTE

LG CONTABILIDADE & ASSessoria S/S
 CRO/GO 001.186
 Gerente dos Res. T. Sociais
 CRO/GO 010.283

As demonstrações financeiras apresentadas a cima (DRE) podem ser verificadas no balanço patrimonial do último exercício apurado (ano de 2020) publicado no site da GOIÁS TELECOM, conforme link abaixo:

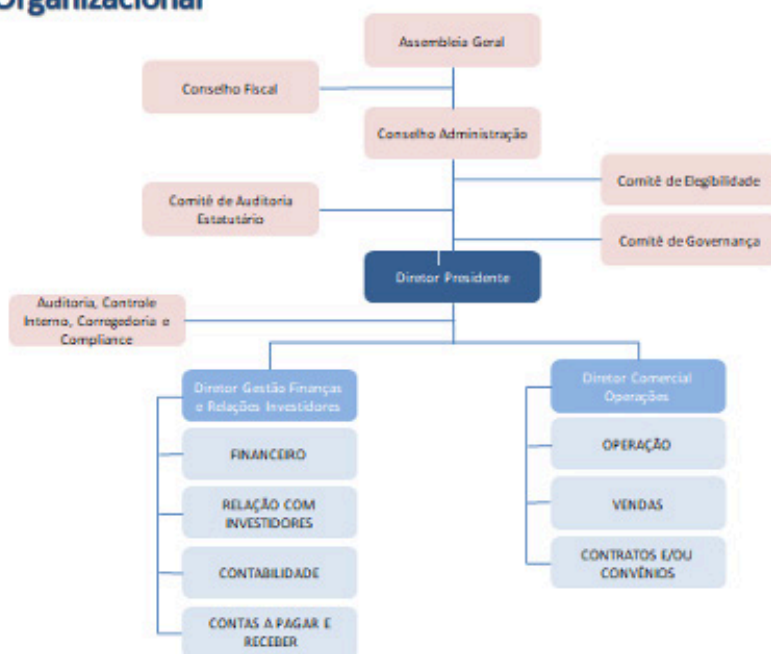
https://goiastelecom.go.gov.br/arquivos/aceso_informacao/contabil/2020/Publica%C3%A7%C3%A3o_Balan%C3%A7o_2020.pdf

SOLUÇÕES DE SUPORTE À OPERAÇÃO

A GOIÁS TELECOM oferece uma ampla gama de serviços de TIC formatados com o objetivo de dar suporte à operação dos serviços públicos.

ESTRUTURA DE CONTROLE

Estrutura Organizacional



Fonte: Lei de Criação nº 16.237/2008 de 18/04/2008.



COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Assembleia Geral

É o órgão máximo da companhia, com poderes para deliberar sobre todos os seus negócios, competindo-lhe, entre outras atribuições previstas na Lei nº 6404/1976 no Estatuto Social da GOIÁS TELECOM: tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e eleger e destituir seus conselheiros a qualquer tempo.

Acionista	Nº de Ações Ordinárias	Porcentagem de Ações
Estado de Goiás	8.997.300	99,97%

Conselho de Administração

É órgão de deliberação estratégica e colegiada responsável pela orientação superior da companhia, composto por 3 (três) membros titulares e 2 (dois) suplentes; os membros titulares e seus suplentes serão eleitos pela Assembleia Geral. O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos. As competências estão previstas no art. 30 do Estatuto Social.

Nome	Cargo	Contatos
Rodrigo Michel de Moraes	Presidente	e-mail: rodrigo.moraes@goiastelecom.go.gov.br
Ricardo Ferreira Souza	Membro	e-mail: ricardo.souza@goiastelecom.go.gov.br

Conselho Fiscal

Tem funcionamento permanente de fiscalização. Sua atuação, com essa finalidade, é colegiada e também individual, através de cada conselheiro. É composto por 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, residentes no país, acionistas ou não, que reúnam os requisitos legais, eleitos pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos. Suas atribuições estão previstas na Lei Federal nº 6404/1976 e no art. 45 do Estatuto Societário.

Nome	Cargo	Contatos
Eurico Velasco de Azevedo Neto	Presidente	e-mail: euricovaneto@yahoo.co.br
Alex Schweigert Pinheiro Neto	Vice-Presidente	e-mail: schweigert.phd@gmail.com
Wagner Oliveira Gomes	Membro	e-mail: wog.@outlook.com.br

Diretoria Executiva

É o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da companhia em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social, que estabelece suas atribuições e competências.

Nome	Cargo	Contatos
Hipólito Prado dos Santos	Diretor-Presidente	e-mail: hipolito.santos@goiastelecom.go.gov.br
Sandro Gomes Batista	Diretor de Gestão, Finanças e Relacionamento com Investidores	e-mail: sandro.gbatista@goiastelecom.go.gov.br

Remuneração da Administração

	Nº de Membros Remunerados	Remuneração Individual Mensal	Remuneração Total Mensal
Conselho Administrativo	02	00	00
Conselho Fiscal	03	R\$ 1.550,00	R\$ 4.650,00
Diretoria Executiva	02	R\$ 35.541,25	R\$ 71.082,50
Total (remunerado)	05	R\$ 37.091,25	R\$ 75.732,50

POLÍTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Com o advento da Lei Federal nº 13.303/2016, tornou-se obrigatório que as empresas públicas e sociedades de economia mista adotem, de forma clara, políticas voltadas ao incremento da governança corporativa e da transparência da administração. As seguintes políticas foram elaboradas em 2021:

Política de divulgação de informações

A Política de Divulgação de Informações da GOIÁS TELECOM, objetiva definir as diretrizes e procedimentos de divulgação de informações da empresa, priorizando a transparência e respeitando todos os atos e fatos relativos à empresa e à Lei vigente.

Na medida em que se garante maior facilidade de monitoramento e difusão de dados, a GOIÁS TELECOM proporciona, à sociedade civil e aos órgãos de controle, melhores condições de exercer o papel de fiscalização.

Política de distribuição de dividendos

A Política de Distribuição de Dividendos da GOIÁS TELECOM tem por finalidade apresentar qual o percentual e a quem é destinado o lucro líquido, bem como as disposições gerais sobre o assunto, de maneira transparente e de acordo com as normas legais, estatutárias e demais regulamentos internos.

A decisão de distribuição de Dividendos levará em consideração, os resultados da GOIÁS TELECOM, ou seja, o lucro líquido/remanescente do exercício, sua condição financeira, necessidades de caixa, perspectivas futuras dos mercados de atuação atuais e potenciais, oportunidades de investimento existentes, bem como a manutenção e expansão de seus negócios.

Política de transações com partes relacionadas

A Política de Transações com Partes Relacionadas, se aplica a todos os colaboradores e administradores da Empresa, com o objetivo estabelecer os procedimentos e protocolos necessários para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo Partes Relacionadas, sejam tomada de forma coerente às normas da empresa, observando os seus interesses e possibilitando o monitoramento de potenciais conflitos de interesses oriundos das transações, adotando assim as melhores práticas de governança à Goiás Telecom.

Está alinhada à Lei nº. 6.404/76, nos termos dos Art. 153 a 160, que determinam os deveres e responsabilidades do administrador.

PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

De acordo com as características e riscos das atividades da GOIÁS TELECOM os processos de maior risco são monitorados pelo Compliance através de ferramenta de controle (SMARTCHEET). Os processos foram mitigados e indicado os seus respectivos proprietários de risco para cada processo elencado. Com o objetivo de garantir a lisura e transparência de todos os processos, a Goiás Telecom faz uso de um conjunto de princípios, diretrizes, indicadores e responsabilidades, que têm por objetivo estabelecer regras de prevenção e correção educativa para mitigar o risco de envolvimento dos dirigentes, colaboradores, fornecedores e parceiros da GOIÁS TELECOM.

As atividades de gerenciamento de risco serão segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas as estruturas independentes de monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A Gestão de Riscos é integrada ao sistema operacional da empresa, possibilitando a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos.

Para denúncias temos o canal interno da GOIÁS TELECOM, através de sua ouvidoria, e os canais externos, SEDI, CGE/GO, Ministério Público.

A GOIÁS TELECOM, fundamentada no Decreto Estadual nº 9.406, de 18 de fevereiro de 2019, está implementando o Programa de Compliance Público no ano de 2021, onde está adotando um conjunto de procedimentos e estruturas destinados a assegurar a conformidade dos atos de gestão com padrões morais e legais.

Utilizará como referência as normas definidas no art. 8º, do Decreto Estadual nº 9.406/2019, as versões atualizadas dessas normas, outros instrumentos de boas práticas técnicas e gerenciais, bem como a aplicação de normas em caráter complementar que vierem a ser indicadas pela Controladoria do Estado de Goiás, conforme disposto no art. 8º, parágrafo único do mencionado Decreto.

O Código de Ética e Conduta, está sendo implantado, conforme determina a Lei Federal nº 13.303/16, estabelecendo e regulando os padrões de comportamento que devem ser observados por todos os colaboradores da GOIÁS TELECOM, incluindo sua Alta Administração (Conselho de Administração e Diretoria Executiva), sendo todos sujeitos às penalidades previstas em caso de descumprimento das normas constantes neste documento.

O Código de Conduta e Ética é o principal norteador da atuação da empresa, ao expressar e reforçar os compromissos que assumem com seus públicos de relacionamento, formalizando também os princípios da conduta profissional no ambiente de trabalho e nas relações de negócios e abordando temas como governança corporativa, transparência, legalidade, corrupção, tráfico de influência, concorrência, entre outros, tendo por base práticas de mercado e da legislação.

Estes instrumentos institucionais e normativos que norteiam a formalizam ações e compromissos de condutas institucionais objetivam tratar as relações interpessoais das empresas e de seus colaboradores, e as interações com seus fornecedores, parceiros de negócio, clientes e demais públicos de relacionamento de forma que orientam, identifiquem, remedeiam, tratem e, em caso de transgressão, adotem as providências para as penalizações adequadas ao caso concreto em relação às questões voltadas ao tema da Ética.

Aprovação da Carta Anual de Governança Corporativa

Os membros do Conselho de Administração da Goiás Telecomunicações S.A – GOIÁS TELECOM, presentes na XX Reunião Extraordinária, realizada em XX,XXXX.XX, declaram que se encontra aprovada a presente Carta Anual de Governança Corporativa, na referida data.

Goiânia, XX de XXXX de XX.

RODRIGO MICHEL DE MORAES
Presidente

RICARDO FERREIRA SOUZA
Membro



Tel.: (62) 3089-0783

Escritório regional: Rua João de Abreu, esq. com a Rua 9, nº 192.

Ed. Aton Business Style. 15º Andar - Salas 154-157 B. Setor Oeste. Goiânia-GO - CEP 74.120-110

www.goiastelecom.go.gov.br

**ATA DA ASSEMBLEIAS GERAIS 18º ORDINÁRIA E 26º EXTRAORDINÁRIA DA
GOIÁS TELECOMUNICAÇÕES S/A. – GOIÁS TELECOM,
REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2021
COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO
CNPJ nº 10.268.439/0001-53
NIRE 52300012716**

I. DATA, HORA E LOCAL: Assembleias realizadas aos 27/08/2021 (vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um), às 09:00 (nove horas) horas. Local: Rua João de Abreu esquina com Rua 9, nº 192, Edifício ATON Business Style, 15º Pavimento, Salas 154~157 B, Setor Oeste, CEP.: 74.120-110, na cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás, tendo em vista a impossibilidade da realização em sua sede social, localizada na Via Secundária 07 com Via Primária 01, quadra 01, lote 01, Distrito Agroindustrial de Goianira, Município de Goianira-GO, CEP.: 75.370-000; devido a Pandemia.

II. PRESENÇAS, QUORUM E CONVOCAÇÃO: Estava presente o acionista Governo do Estado de Goiás, inscrito no CNPJ/MF sob o número 01.409.580/0001-38, proprietário de 8.999.950 (oito milhões novecentos e noventa e nove mil e novecentas e cinquenta) ações ordinárias sem valor nominal, correspondendo a mais de 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto, representado pelo Secretário de Estado de Desenvolvimento e Inovação, o Sr. **Márcio César Pereira**; tendo como seu indicado e representante o Superintendente de Políticas para Cidades e Infraestrutura, o Sr. **Ricardo Ferreira Souza**; o Sr. **Hipólito Prado dos Santos**, como Diretor Presidente; o Sr. **Sandro Gomes Batista**, como Diretor de Gestão, Finanças e Relação com Investidores; o Sr. **Eurico Velasco de Azevedo Neto**, como Presidente do Conselho Fiscal; o Sr. **Alex Schweigert Pinheiro Cleto**, como Vice-Presidente do Conselho Fiscal (ausência justificada), em atenção ao disposto no parágrafo primeiro do artigo 134 e do artigo 164 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, todos devidamente convocados através de anúncios publicados nas edições 23.619 (página nº 61), 23.620 (página nº 41) e 23.621 (página nº 26) dos dias 20, 23 e 24 do mês de agosto de 2021 do DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIÁS e nas edições 24.617 (página nº 25), 24.619 (página nº 25) e 24.620 (página nº 25) dos dias 20, 23 e 24 do mês de agosto de 2021 do jornal O POPULAR, em cumprimento às disposições do artigo 124 e 133 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, com suas alterações.

III. MESA: **Hipólito Prado dos Santos**, como Presidente; **Michelle Karine Muta Cristo**, como Secretária *ad hoc*; **Ricardo Ferreira Souza**, como Representante do Governo do Estado de Goiás e Membro do Conselho de Administração; **Eurico Velasco de Azevedo Neto**, como Presidente do Conselho Fiscal.

IV. ORDEM DO DIA: **A. Assembleia Geral Ordinária:** **A1.** Prestação, apreciação e aprovação das contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, e também os respectivos documentos complementares, relativos ao exercício findo em 31.12.2020. **A2.** Apreciação e aprovação do Código de Conduta e Ética; **A3.** Apreciação e aprovação do Regimento Interno do Conselho de Administração; **A4.** Apreciação e aprovação do Regimento Interno do Conselho Fiscal; **A5.** Remuneração do Conselho de Administração; **V. DELIBERAÇÕES ADOTADAS:** **Em questão de Ordem:** Foi aprovada pela unanimidade dos acionistas presentes a lavratura da ata sob a forma de sumário, nos termos do artigo 130 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Em Assembleia Geral Ordinária:** **A1.**

“Apreciação das contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, e também os respectivos documentos complementares, relativo ao exercício findo em 31.12.2020, sendo aprovado sem ressalva, por unanimidade dos presentes. O Presidente do Conselho Fiscal destacou que os Demonstrativos Financeiros da Companhia foram previamente auditados pela Auditoria Independente, representada pela MAPAH AUDITORES INDEPENDENTES II S/S, CNPJ: 29.952.938/0001-93, Registro: CVM Nº 13030. CRC-██████████; referendados pelos Conselheiros Fiscais. Portanto, estavam em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária. Após os esclarecimentos pertinentes, colocado em pauta a discussão do item **A2**. Apreciação e aprovação do Código de Conduta e Ética; não houve objeção, sendo acatado por unanimidade dos presentes, determinando desde já as providências legais aos diretores. Após os esclarecimentos pertinentes, colocado em pauta a discussão do item **A3**. Apreciação e aprovação do Regimento Interno do Conselho de Administração; não houve objeção, sendo acatado por unanimidade dos presentes, determinando desde já as providências legais aos diretores. Após os esclarecimentos pertinentes, colocado em pauta a discussão do item **A4**. Apreciação e aprovação do Regimento Interno do Conselho Fiscal; não houve objeção, sendo acatado por unanimidade dos presentes, determinando desde já as providências legais aos diretores. Após os esclarecimentos pertinentes, colocado em pauta a discussão do item **A5**. O Presidente da Mesa apresentou a formalização da substituição do Sr. **PAULO HENRIQUE MAGALHÃES**, Membro do Conselho de Administração; pelo Sr. **RICARDO FERREIRA SOUZA**, ██████████, ██████████, ██████████, portador do RG nº ██████████, inscrito no CPF nº ██████████, residente e domiciliado na cidade de ██████████, à ██████████, nº ██████████, ██████████, ██████████, CEP.: ██████████, como Membro do Conselho de Administração. O membro indicado para o Conselho Administrativo aceita o encargo que lhe impõe a Lei, declarando ainda que não se encontra inelegível para o cargo, impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato contra a economia popular, fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso à cargos públicos, ou ainda que estão inabilitado por ato da Comissão de Valores Mobiliários para o exercício do cargo; declara ainda que não ocupa cargo em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, tampouco em empresas que tenham interesse conflitante com a Sociedade, nos termos da legislação vigente. O mandato compreenderá o período de 01.04.2021 a 31.03.2023 ou até a realização da próxima Assembleia Geral Ordinária anual, conforme art. 132, da Lei nº 6.404/76. Portanto, com aquiescência de todos, neste ato, o indicado foi eleito e empossado. O Sr. Presidente ressaltou que a intempestividade na formalização do evento supramencionado, foi devido ao cancelamento da Assembleia Geral Ordinária que ocorreria em 12.05.2021 (aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um), por solicitação do Conselho Fiscal para as devidas adequações nas Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31.12.2020. Fica registrado que a Carta de Renúncia do Sr. Paulo Henrique Magalhães, datada em 24.03.2021, está anexada ao Processo SEI nº 202114304000642; e a Carta de Indicação do Sr. Ricardo Ferreira Souza, datada em 26.03.2021, está anexada ao Processo SEI nº 202114304000642; ato em que o Sr. Ricardo Ferreira Souza, foi apresentado aos Conselhos de Administração e Fiscal, quando

o mesmo, passa a exercer a função de Membro do Conselho de Administração. Portanto, com aquiescência de todos, neste ato, o indicado foi eleito e empossado. **VI. DELIBERAÇÕES ADOTADAS: Em questão de Ordem:** Foi aprovada pela unanimidade dos acionistas presentes a lavratura da ata sob a forma de sumário, nos termos do artigo 130 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Em Assembleia Geral Extraordinária: B1.** O Presidente da mesa, asseverou que os Conselheiros Administrativos receberão jetom de 10% (dez por cento) da média da remuneração atribuída aos Diretores, estabelecida na 20ª Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do artigo 48 do Estatuto Social, a partir de 01 de setembro de 2021. Não houve objeção, sendo acatado por unanimidade dos presentes **B2.** Apreciação e aprovação da Política de Divulgação de Informação 2021; não houve objeção, sendo acatado por unanimidade dos presentes, determinando desde já as providências legais aos diretores. Após os esclarecimentos pertinentes, colocado em pauta a discussão do item **B3.** Apreciação e aprovação da Política de Dividendos 2021; não houve objeção, sendo acatado por unanimidade dos presentes, determinando desde já as providências legais aos diretores. Após os esclarecimentos pertinentes, colocado em pauta a discussão do item **B4.** Apreciação e aprovação da Política de Transações com Partes Relacionadas 2021; não houve objeção, sendo acatado por unanimidade dos presentes, determinando desde já as providências legais aos diretores. Após os esclarecimentos pertinentes, colocado em pauta a discussão do item **B5.** Apreciação e aprovação da Carta Anual de Governança 2021; não houve objeção, sendo acatado por unanimidade dos presentes, determinando desde já as providências legais aos diretores. Após os esclarecimentos pertinentes, colocado em pauta a discussão do item **B6.** Não foram apresentados outros assuntos de interesse da Sociedade Anônima. **VII. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi dada a palavra a quem dela quisesse fazer uso e ninguém tendo se manifestado, foi suspensa a sessão e determinada a lavratura da presente Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, em folhas soltas, a serem oportunamente transcrita no livro próprio da Sociedade, à qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada.

HIPOLITO PRADO DOS SANTOS: [REDACTED]
Assinado de forma digital por HIPOLITO PRADO DOS SANTOS: [REDACTED]
Dados: 2021.08.27 11:41:00 -03'00'

Hipólito Prado dos Santos
Presidente da Mesa
Assinatura Digital

RICARDO FERREIRA SOUZA: [REDACTED]
Assinado de forma digital por RICARDO FERREIRA SOUZA: [REDACTED]
Dados: 2021.08.27 16:35:47 -03'00'

Ricardo Ferreira Souza
Repres.do Governo do Estado de Goiás
Assinatura Digital

EURICO VELASCO DE AZEVEDO NETO: [REDACTED]
Digitally signed by EURICO VELASCO DE AZEVEDO NETO: [REDACTED]
Date: 2021.08.31 13:26:30 -03'00'

Eurico Velasco de Azevedo Neto
Presidente do Conselho Fiscal
Assinatura Digital

MICHELLE KARINE MUTA CRISTO: [REDACTED]
Assinado de forma digital por MICHELLE KARINE MUTA CRISTO: [REDACTED]
Dados: 2021.08.27 11:31:30 -03'00'

Michelle Karine Muta Cristo
Secretária *ad hoc*
Assinatura Digital